

*pós-doutor pela University of Rutgers, ex-Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Ex-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Ex-Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, e Professor titular aposentado do departamento de Economia e do CEDEPLAR da FACE-UFMG. É especialista nas áreas de economia regional, desenvolvimento econômico, economia da tecnologia, economia brasileira e economia de Minas Gerais.*

**1. O senhor, quando professor da Faculdade de Ciências Econômicas, lecionou por muitos anos a disciplina *Economia Regional*. Poderia nos explicar o que é, e qual a importância dessa disciplina?**

O ponto de partida é o entendimento de que o território não é uniforme. Ele contém atributos naturais, econômicos, sociais e políticos diferenciados, resultado de processos históricos. Daí a concepção de território ou espaço construído. A divisão do território, por fenômenos naturais ou políticos, levou a diferentes escalas ou denominações (continentes, regiões transnacionais, nações, sub-regiões, localidades, cidades, bairros, entre outras). Cada uma dessas regiões tem situação diferenciada, em função de seus atributos naturais e dos processos sociais históricos (econômicos e políticos). As regiões são, portanto, diferentes. Há, por outro lado, as disputadas territoriais, na busca de dominações territoriais, o que explica a maioria das guerras.

Toda a ação política ou econômica tem reatamento territorial ou regional. Daí a discussão de desigualdades regionais e de políticas regionais de desenvolvimento.

Bons exemplos são a disputa geopolítica mundial e a busca de governança global, por interesses econômicos e políticos. Nessa linha, a formação de blocos econômicos supranacionais (União Europeia, NAFTA, ASEAN, entre outros) é tentativa de garantir certo controle ou soberania, com propósitos econômicos e políticos.

Em síntese, não se pode pensar o mundo sem considerar suas diferenças territoriais ou regionais. Daí a importância da dimensão territorial ou regional na profissão do economista, nas políticas públicas, na ação social ou no planejamento empresarial.

**2. Com relação à política de inovações, o que tem sido feito no Brasil nos últimos anos? Qual a relevância dessas políticas para a inserção do nosso país na economia global?**

O tema da ciência, da tecnologia e da inovação ganhou destaque sem precedentes nos últimos anos. A capacidade de inovar, hoje totalmente dependente do avanço da ciência e da tecnologia, se tornou a maior arma na disputa internacional e inter-regional, na capacidade de competição, sobrevivência e crescimento das empresas e nas políticas sociais.

O Brasil tem avançado muito nas últimas décadas. Destacam-se a criação do CNPQ e da CAPES (na década de 1950), de várias instituições nacionais de pesquisa, do avanço do sistema acadêmico universitário e da criação de Fundações de Apoio à pesquisa pelos Estados. Em tempos recentes todas as Universidades ampliaram suas qualificações, sou esforço de pesquisa e de produção científica, seus programas de pós-graduação. A articulação *comunidade científica-governo-empresas* é hoje identificada como o caminho para o avanço da pesquisa e da inovação no Brasil. Nos últimos anos, além das políticas anteriores, foi feito um amplo programa de expansão do ensino superior e da pós-graduação (REUNI, PROUNI, ENEM, SISU, SISTEMA DE QUOTAS), de programas de financiamento à inovação empresarial (Inova Empresa pelo BNDES e FINEP), lançamento dos INCTs pelo CNPQ. Ainda como Ministro da Ciência e Tecnologia, coordenei e lançamos o Programa Nacional Plataformas de Conhecimento, cujo decreto foi assinado pela Presidente da República em junho de 2014. Este programa visa articular base científica com base empresarial com vistas a combinar ciência com produção. Esse programa foi elaborado a partir da análise das condições brasileiras e das principais experiências mundiais contemporâneas de políticas de inovação (Europa, Estados Unidos, Ásia, com destaque para a China). O caminho é longo e a disputa acirrada.

**3. Muito se fala acerca da importância do papel e do conhecimento produzido nas universidades. Como elas podem colaborar para a interação entre as inovações tecnológicas e a atividade produtiva?**

Esta é uma questão central. Em primeiro lugar, os elementos mais importantes de qualquer processo de desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação são os Recursos Humanos. Estes são e só podem ser feitos nas Universidades. No entanto, não pode haver boas universidades sem uma boa educação básica (da creche ao ensino médio). Portanto, o sistema educacional, da creche à pós-graduação é a espinha dorsal de qualquer processo de desenvolvimento (econômico, social e político). Além da formação de recursos humanos, é na Universidade que se desenvolve a pesquisa básica, cada vez mais fundamento para os processos de avanço tecnológico e de inovação. Esta foi a razão pela qual defendemos e criamos o Programa Nacional das Plataformas de Conhecimento, antes relatado, como forma de articular o conhecimento gerado nas universidades com o sistema produtivo, público e privado, para a melhoria da produção, fortalecimento da capacidade de competição, e modernização e ampliação das políticas sociais através de diferentes formas de inovação.

#### **4. Sobre a América Latina, qual a contribuição que o Brasil pode dar para a integração política e econômica do continente?**

Este é um grande desafio regional. O mundo está passando por profundas transformações na ordem global, aceleradas nos últimos anos com o desmantelamento do sistema soviético, com a crise do capitalismo central e com a ascensão asiática. Cada bloco se defende como pode e fortalece seus laços inter-regionais. A título de exemplo, mais de 70% do comércio internacional dos países europeus se faz entre eles. Para a América do Norte a cifra se aproxima dos 50%, considerado apenas Estados Unidos, Canadá e México. No caso dos países asiáticos essa cifra ultrapassa os 50%. No entanto, do comércio internacional dos países da América Latina e Caribe, o percentual que se faz entre eles é da ordem de 25%. Portanto, a integração econômica é fraca. Entendo que o fortalecimento da integração da América Latina passa pela integração econômica, social e política. Para que haja integração econômica é preciso haver complementaridade produtiva, só ela permite uma divisão internacional do trabalho. Historicamente a América Latina foi e continua sendo uma exportadora de matérias primas e alimentos (veja o caso do Brasil), o que dificulta a integração. Do ponto de vista social e político os desa-

fios não são menores, mas eles estão articulados com a integração econômica. As experiências internacionais precisam ser vistas com muito cuidado. Há muito aprendizado do que se pode e do que não se deve fazer. A meu ver, este é um tema político central para a América Latina e para o Brasil. Ele é, antes de tudo, uma política regional para um território supranacional.

#### **5. Por último, gostaríamos que o senhor nos indicasse uma bibliografia básica para alunos que tenham interesse em conhecer esses temas.**

Não vou indicar bibliografia. Vocês tem uma ampla oferta de referências bibliográficas nos cursos que são oferecidos na FACE, com um conjunto de professores altamente qualificado. Recomendo apenas a leitura e discussão do livro *The second machine age: work, progress and prosperity in a time of brilliant Technologies*, de Brynjolfsson e McAfee. Eles discutem o significado e as implicações do mundo digital. Leiam e façam seminário sobre este livro. Além disto, prestem atenção na geopolítica internacional e na geopolítica inter-regional no Brasil. Por fim, a juventude, maior invenção da humanidade, nas palavras de Desmond Tutu, tem um desafio que é buscar novos paradigmas de organização social que permitam combinar desenvolvimento econômico com liberdade e justiça social. O capitalismo gera desigualdades crescentes. O socialismo real fracassou. Temos que buscar alternativas. Este é o desafio político central da juventude.